



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE BOA VISTA**  
**2ª VARA CÍVEL - PROJUDI**

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 2º andar - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4755 -  
E-mail: 2civelresidual@tjrr.jus.br

**Proc. n.º 0831963-49.2020.8.23.0010**

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório em razão de acidente de trânsito proposta por Carlos Raphael Alves Silva em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Afirmou a parte autora que o evento acidentário narrado lhe resultou na debilidade funcional descrita na inicial.

Relatou, ainda, que a parte ré se recusou a efetuar o pagamento administrativo pelo sinistro ocorrido.

Assim, requereu a condenação da parte ré ao pagamento de indenização securitária, no valor de R\$ 13.500,00.

Espontaneamente, a parte ré apresentou resposta escrita (EP 12), sustentando, em síntese, a respeito da inexistência de lesão incapacitante na parte autora.

Determinada produção de prova pericial nos autos (EP 13).

Réplica no EP 27.

Perícia realizada na parte autora, com o fito de aferir a lesão e a debilidade supostamente gerada, sendo o respectivo laudo pericial juntado aos autos (EP 50).

A ré sustentou que a debilidade constatada se refere à lesão preexistente no autor (EP 63).

**É o relatório. Decido.**

Como visto, trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório de trânsito.

O feito encontra-se pronto para julgamento, prescindindo da produção de outras provas, razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, a teor do que dispõe o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Cediço é que o seguro obrigatório DPVAT tem por escopo assegurar o pagamento de indenização às vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulem por vias terrestres, cobrindo danos pessoais decorrentes deste tipo de evento danoso.

O surgimento dessa modalidade de seguro ocorreu com a edição da Lei n. 6.194/74, a qual determina que todos os proprietários de veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o prêmio relativo ao seguro DPVAT.

Com efeito, o pagamento obrigatório resguarda às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenização em caso de morte e invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

O seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) é um seguro especial de acidentes rodoviários, decorrentes de uma causa súbita e involuntária, destinado as pessoas transportadas ou não, inclusive o próprio segurado, que venham a ser lesadas por veículos em circulação.

Sua finalidade principal é estabelecer a garantia de uma indenização mínima ao lesado, estabelecida segundo valores previamente delimitados.

Frise-se que a Lei n. 11.482, de 31.05.2007, limitou o valor correspondente à indenização por acidentes com veículos automotores, ocorridos após a sua entrada em vigor, em R\$ 13.500,00.

Nesse contexto, convém ressaltar que o STJ, de forma unânime, assentou o entendimento de que a indenização deve ser arbitrada proporcionalmente ao grau de invalidez do beneficiário, de acordo com a súmula n. 474.

Para a aplicação da tabela gradativa de invalidez a avaliação deve ser aferida no caso concreto, avaliando-se em cada situação qual a repercussão da lesão na esfera individual da vítima do acidente, com observância das diretrizes preconizadas pela Constituição Federal, fundamentando-se cada julgamento (art. 93, IX, da CF).

Na hipótese em tela, o laudo de lesão corporal juntado no EP 50 explicitou que houve invalidez funcional permanente, parcial e incompleta, intensa do joelho esquerdo da parte autora.

A tabela adotada pela legislação de regência apresenta para o caso de joelho o valor de R\$ 3.375,00, ou seja, 25% do teto da indenização legal.

No caso, tem-se que a parte deve ser indenizada em 75% do valor estipulado para a referida lesão, já que, de acordo com o laudo, tal foi classificada como "intensa".

Deste modo, considerando a gravidade da lesão e a função desempenhada pela parte autora, tenho que a indenização sobre a lesão (joelho esquerdo) deverá ser suportada no percentual razoável de **R\$ 2.531,25** (75% de R\$ 3.375,00).

A ré sustentou que a debilidade funcional suportada pela parte autora é relativa à acidente anterior, o qual já teria sido indenizado administrativamente.

Ocorre que a ré apresenta essa versão sobre os fatos somente quando da conclusão do laudo, negando o pedido administrativo do autor (EP 1.9) e não se manifestando a respeito do fato alegado, em contestação (EP 12).

Logo, era incumbência da ré comprovar fática e tecnicamente sua tese (II, 373, CPC), pelo que é insuficiente a mera demonstração de pagamento de indenização anterior em virtude de invalidez em membro inferior esquerdo.

Sendo assim, pelo aspecto fático e fundamentos jurídicos expostos, acolho em parte o pedido formulado na inicial, julgando **parcialmente procedente a pretensão autoral** e extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC, para **condenar** a parte ré ao pagamento de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e**

**trinta e um reais e vinte e cinco centavos**), acrescidos de juros legais de mora de 1% (a.m.), a partir da citação válida nos autos, além de correção monetária, pelo índice oficial deste Tribunal, a contar da data do evento danoso.

Sem ressarcimento de despesas processuais, eis que a parte autora é beneficiária de gratuidade de justiça.

Condeno a parte ré ao pagamento de honorários de sucumbência, arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do § 8.º do art. 85 do Código de Processo Civil.

Se for o caso, expeça-se o respectivo alvará (ou transferência bancária) de levantamento dos honorários periciais.

Intimem-se as partes eletronicamente.

Transitada esta decisão em julgado, certifique-se e archive-se.

Boa Vista, terça-feira, 25 de maio de 2021.

*Angelo Augusto Graça Mendes*

**Juiz de Direito**

(assinado digitalmente - sistema CNJ - PROJUDI)

